

Projeto foi aprovado no Senado e será votado na Câmara

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados realiza na próxima quarta-feira (8) audiência pública para discutir a criação do piso salarial do enfermeiro, do técnico e do auxiliar de enfermagem. O Plenário do Senado aprovou no último dia 24 o projeto que institui o piso e agora o tema segue para a Câmara dos Deputados.

O projeto inclui o piso salarial na Lei 7.498, de 1986, que regulamenta o exercício da enfermagem, e estabelece um valor mínimo inicial nacional para enfermeiros no valor de R\$ 4.750 tanto na esfera pública como privada. E determina também que os técnicos de enfermagem devem receber, no mínimo, 70% do piso nacional dos enfermeiros, enquanto as parteiras e os auxiliares de enfermagem precisam receber 50% do piso nacional dos enfermeiros.

A Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB), que representa 1.824 instituições de saúde que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS), diz que, caso o piso seja aprovado, os hospitais sem fins lucrativos poderão ir ao colapso por não conseguirem absorver o impacto sobre os custos.

Segundo a CMB, os pisos trarão um impacto de cerca de R\$ 6,2 bilhões anuais nos custos dos hospitais filantrópicos. “A instituição desse piso vai levar ao fechamento de hospitais, ao desemprego e à desestruturação de uma parte importante da assistência à saúde, com reflexos muito negativos ao SUS”, diz o presidente da CMB, Mirocles Vêras.

A confederação considera que a criação de um piso único terá um reflexo em pequenas cidades, com médias salariais mais baixas, nas quais a santa casa ou o hospital filantrópico é o único equipamento de saúde. A entidade diz que o valor representa aumentos salariais de 92% no Paraná, de 149% no Mato Grosso do Sul e de 186% na Paraíba para técnicos de enfermagem.

O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) divulgou em seu site que o heroísmo dos profissionais de enfermagem na linha de frente do combate à covid-19 comoveu a sociedade, conquistou apoio popular e levou a categoria à conquista do piso.

Segundo a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), relatora do projeto aprovado, a categoria “tem lutado há décadas pelo reconhecimento de um piso salarial”. Segundo ela, a aprovação da matéria é fruto de resistência e o projeto é uma forma de fazer justiça a enfermeiros, técnicos, auxiliares e parteiras.

Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse na última semana que irá discutir com os líderes partidários a inclusão da carga horária de 30 horas semanais para os profissionais de enfermagem no projeto que tramitará na Casa.

“Essa categoria contribuiu muito, como todos os profissionais de saúde, para o combate à pandemia. Nós teremos uma audiência pública na próxima semana, inclusive avaliando se não merecia colocar no texto do Senado também as 30 horas. A Câmara tem que fazer gol também, não é só fazer a defesa não”, disse Lira na ocasião.

Com informações da Agência Câmara e Agência Senado

Fonte: Agência Brasil, em 03.11.2021